



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS
PRAÇA CORONEL JOAQUIM RESENDE, 69 CEP 35.490000
ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Nº 1013, de 28 de Janeiro de 1.993

Autoriza a realização de despesas com os festejos do carnaval e contém outras providências.

A Câmara Municipal de ENTRE RIOS DE MINAS decreta e, eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o carnaval do corrente exercício, neste Município, podendo despendar para esta finalidade até o valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Parágrafo Único - As despesas a que se refere este artigo são destinadas à contratação de som, ornamentação de ruas, de instalações de palanques, de iluminação, divulgação e outras relativas às comemorações condignas deste evento carnavalesco.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município para o corrente exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, 28 de Janeiro de 1.993.

Hugo Bernardes de Moura

Prefeito Municipal



LEI Nº 1.233, de 14 de Janeiro de 1973

Art. 1º - A presente lei estabelece a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação é composto por:

Art. 4º - A lei nº 1.233, de 14 de Janeiro de 1973, estabelece a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.

Art. 10º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.

Art. 11º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.

Art. 12º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.

Art. 13º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.

Art. 14º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo e deliberativo, sendo sua função principal a de emitir pareceres sobre as questões relativas à educação municipal.